

Pressão dos credores aumenta na Argentina

por Paulo Totti
de Buenos Aires

Quatro rodadas de conversão da dívida externa pública e uma de cancelamento de dívida privada (não vencida) foram realizadas desde janeiro até o dia 22 de setembro na Argentina, com desconto médio ponderado de 51%.

Nesse processo abateram-se mais de US\$ 500 milhões da dívida argentina de US\$ 56 bilhões. Nenhum ativo de empresa estatal foi colocado em licitação. Uma sexta rodada, desta vez de cancelamentos de crédito, estava prevista para o dia 29 de setembro e foi adiada para 5 de outubro. "É muito pouco", disse recentemente, num seminário em Buenos Aires, William Cline, um expert no tema, diretor do norte-americano Institute for International Economics. E advertiu seu auditório para a pressão que se avizinha de organismos internacionais em favor da execução de um "agressivo programa de privatizações" financiado por investidores estrangeiros, pelo sistema de capitalização da dívida.

Debatedor no mesmo seminário, o diretor do Banco Central, Juan Sommer, respondeu que o processo de conversão não é lento nem incompleto. Apenas o governo se preocupa, por um lado, em não pressionar a base monetária, gerando mais inflação e, por outro, em não incluir privatizações como as da Aerolíneas Argentinas, citada por Cline, porque poderiam "distorcer o preço do ativo público privatizável". Outro participante do encontro, o peronista José Maria Vernet, concordou com os argumentos de Sommer e procurou ser prático: "Quem paga antecipadamente o capital que deve, se os bancos só pressionam para que pague os juros?", perguntou. Para Vernet, segundo vice-presidente do Partido Justicialista, "a capitalização é um subsídio, por isso é necessário rediscutir o tema globalmente, em função de um programa nacional, e não da microeconomia." A questão foi debatida também em Berlim, onde, ao participar da as-

sembléia do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro da Economia, Juan Vital Sourrouille, evitou todas as insinuações de adiantar o ritmo e a abrangência das "debt equity swap", traduzidas no Brasil como conversão da dívida e na Argentina como "capitalização".

Mesmo quando, segundo jornalistas argentinos presentes à reunião de Berlim, banqueiros disseram que a flexibilidade brasileira contribuiu para a recente renegociação de sua dívida, Sourrouille teria respondido que uma maior conversão e especialmente o cancelamento das dívidas vincendas ("onlending") não agradam à Argentina. O argumento é o mesmo: fariam transbordar o leito da inflação.

A Argentina, na verdade, parece muito satisfeita com o acordo obtido com o Banco Mundial (BIRD) — (empréstimos da ordem de US\$ 1,25 bilhão, sem prévio aval do FMI) —, para continuar apostando num êxito igual nas suas conversações com banqueiros privados, dos quais pretende obter outros US\$ 3,5 bilhões. Enquanto isso, vai tocando parcimoniosamente suas licitações de conversão da dívida. É uma concorrência pública — e não leilões públicos, em Bolsa, como se faz no Brasil. "O critério do melhor preço é o melhor desconto", explica o subgerente de Finanzas Públicas do Banco Central, Cayetano Pironi, funcionário que supervisiona a conversão da dívida pública. O processo começa quando uma empresa privada, nacional ou estrangeira, apresenta ao governo um projeto de expansão de seus negócios. São considerados "elegíveis" os projetos que privilegiem aumento da quantidade ou da qualidade da oferta de bens ou serviços, destinados ao mercado interno ou à exportação.

(Continua na página 2)